



OPTIMIZE

Investment Partners

Relatório e Contas

OPTIMIZE CAPITAL REFORMA PPR MODERADO

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO

PERÍODO FINDO EM

30 DE JUNHO DE 2017

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade no 1º Semestre de 2017	4
1.2	Características principais do fundo	9
1.3	Evolução do fundo	10
2	Balanço e Demonstrações Financeiras	13
2.1	Balanço em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016	14
2.2	Demonstração dos Resultados em 30 de Junho de 2017 e 2016	15
2.3	Contas Extrapatrimoniais em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016	16
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016	17
3	Divulgações	18
3.1	Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras	19
4	Certificação das Contas	27

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade no 1º Semestre de 2017

MERCADOS FINANCEIROS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

ROBUSTEZ DA ECONOMIA GLOBAL

As principais regiões económicas têm apresentado progressos significativos da sua atividade refletindo-se no fortalecimento dos indicadores de PMI de serviços e na manufatura. Estes dados, aliados aos referentes ao emprego, confirmam a expansão da economia global a um ritmo ligeiramente superior ao antecipado. Adicionalmente, ao longo do semestre verificou-se um desanuviamento das tensões políticas na Europa após a vitória do pró-europeísta E. Macron, derrotando candidatura anti-euro liderada por Marine Le Pen. O tão badalado artigo 50, foi acionado em Março pelo Reino Unido, iniciando desde então as negociações para a sua saída da União Europeia. Nos EUA, perante a conjuntura atual, a Reserva Federal Americana, subiu por 2 vezes a taxa de juro diretora situando-se atualmente no intervalo 1%-1.25%. Apesar das tensões políticas e financeiras criadas pelos tweets e declarações do presidente D. Trump, o mercado integrou uma melhor compreensão do funcionamento do sistema governamental americano face às disrupções do presidente. Os limites impostos ou antecipados a várias iniciativas do seu presidente induzem consequências positivas, no que toca por exemplo aos riscos de disrupção no comércio com os seus principais parceiros económicos (México, China, Alemanha,...), mas também negativas, pondo em causa as antecipações de reformas fiscais e de investimento público. O risco de uma ação com consequências geopolíticas fortes mantem-se, nomeadamente nas relações com a Coreia do Norte ou o Irão, dado a ausência de controlo parlamentar a-priori nesta matéria.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	+3.4 %	+3.5 %	+3.4 %	+3.1 %	+3.5 %
Zona Euro	-0.3 %	+1.2 %	+2.0 %	+1.7 %	+1.7 %
Alemanha	+0.6 %	+1.6 %	+1.5 %	+1.8 %	+1.6 %
França	+0.6 %	+0.6 %	+1.3 %	+1.2 %	+1.4 %
Itália	-1.8 %	0.1 %	+0.8 %	+0.9 %	+0.8 %
Espanha	-1.7 %	+1.4 %	+3.2 %	+3.2 %	+2.6 %
Portugal	-1.1 %	+0.9 %	+1.6 %	+1.4 %	+1.7 %
Estados Unidos	+1.7 %	+2.4 %	+2.6 %	+1.6 %	+2.3 %
Canadá	+2.5 %	+2.6 %	+0.9 %	+1.4 %	+1.9 %
Japão	+2.0 %	0.3 %	+1.2 %	+1.0 %	+1.2 %
Reino-Unido	+1.9 %	+3.1 %	+2.2 %	+1.8 %	+2.0 %
China	+7.8 %	+7.3 %	+6.9 %	+6.7 %	+6.6 %
India	+6.5 %	+7.2 %	+7.9 %	+6.8 %	+7.2 %
Brasil	+3.0 %	+0.5 %	-3.8 %	-3.6 %	+0.2 %
Rússia	+1.3 %	+0.7 %	-2.8 %	-0.2 %	+1.4 %

Fonte: FMI

Os mercados emergentes apresentam a mesma tendência de crescimento, impulsionados pelas exportações assim como pelo consumo doméstico, não obstante da instabilidade política na África do Sul após nova demissão de um ministro das finanças e no Brasil com o seu presidente M. Temer envolvido por sua vez ao processo Lava-Jato. Na atual conjuntura, os principais Bancos Centrais deverão continuar a sua política de redução progressiva de estímulos, perante indicadores a indicarem níveis de inflação próximos das metas pretendidas.

AÇÕES: BONS DADOS EMPRESARIAIS

Após um final de 2º semestre 2016 instável, perante a inesperada eleição do presidente americano D. Trump, o 1º semestre de 2017 iniciou com o mercado a alternar entre a euforia com os programas de investimento público e estímulos fiscais anunciados e preocupação com o aumento dos riscos inerentes às medidas protecionistas. Durante o semestre, os excelentes dados macroeconómicos e os resultados empresariais, tendo na sua maioria ultrapassado as expectativas, criaram algum otimismo nos mercados acionistas que renovaram máximos na maioria das praças.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o semestre a ganhar 4,6%, com países como a França e a Alemanha valorizaram 5,3% e 7,4% respetivamente. Neste período o maior destaque vai para os desempenhos dos países periféricos, como Espanha e Portugal (11,7% e 10,12% respetivamente), apresentando uma recuperação face aos péssimos desempenhos dos anos anteriores. Sectorialmente, o destaque pela positiva vai para o setor tecnológico e financeiro, pela negativa o setor de matérias-primas e energético. Nos Estados-Unidos, as principais bolsas seguiram a mesma tendência, as bolsas americanas bateram novos recordes durante o semestre e fecharam com desempenho positivo, com o S&P a ganhar +8,2%, apesar de esta evolução ser em grande parte anulada pela desvalorização do dólar. Sectorialmente, destaque pela positiva para o setor tecnológico e saúde. Negativamente para o setor energético e de telecomunicações.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO 1º SEMESTRE 2017 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	+4,4 %	-5,8 %
Rússia	MICEX	-15,8 %	-19,5 %
Estados Unidos	S&P 500	+8,2 %	+0,0 %
Austrália	ASX 200	+1,0 %	-0,7 %
Japão	NIKKEI 25	+4,8%	+0,6 %
China	HANG SENG	+17,1 %	+7,5 %
Reino-Unido	FTSE	+2,4 %	-0,3 %
França	CAC 40	+5,3 %	+5,3 %
Alemanha	DAX	+7,4 %	+7,4 %
Zona Euro	EUROSTOXX 50	+4,6 %	+4,6 %
Espanha	IBEX 35	+11,7 %	+11,7 %
Portugal	PSI 20	+10,1 %	+10,1 %
Itália	MIB	+7,0 %	+7,0 %

Dados Bloomberg 2017, moeda local / Euros

No Japão também, a valorização de 4,8% do seu índice foi contrabalançada pela depreciação do Yen face ao Euro de 4,2%, tal como para o Reino-Unido, com uma subida modesta de 2,4% equivalente à depreciação da Libra face ao Euro de 2,8%. Os países emergentes registaram desempenhos positivos, com o Índice MSCI Emerging Markets a valorizar 17,2% enquanto que para os mercados fronteira, o índice MSCI Frontier Markets subiu 11,7%.

OBRIGAÇÕES: O INÍCIO DA NORMALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS

Após 1 ano em constante adiamento, a FED iniciou em dezembro de 2016 um novo ciclo de subida da taxa de juro. Esta decisão serviu de mote para mais 2 subidas ao longo do 1.º semestre deste ano. Poderá haver mais uma subida até ao final do ano se se verificar uma conjuntura favorável. Na zona euro, o processo de normalização está bem mais atrasado, começando com uma redução do plano de compras mensais de 60 mil milhões euros para 40 mil milhões euros no mês de Março. No final deste semestre, o BCE anunciou que prevê para breve o fim do quantitative easing, no entanto a subida da taxa de juro diretora apenas deverá começar só em Março de 2018. Esta perspetiva reflete-se nas subidas das yields das dívidas governamentais da Suíça, Alemanha, França e dos EUA. Portugal e Grécia fazem exceção a esta regra, num contexto de melhoria substancial das suas situações orçamentais e com a perspetiva, para Portugal, de reentrada na categoria "Investment grade" para breve. Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos finalizou o semestre nos 2,3%. No Reino Unido, as yields terminaram o semestre em 1,26%, em pleno período de grande indefinição quanto às condições de saída da União Europeia.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO A 10 ANOS

	30 de Dezembro de 2016	30 de Junho de 2017
Estados Unidos	2,4 %	2,3 %
Alemanha	0,2 %	0,5 %
França	0,7 %	0,8 %
Itália	1,8 %	2,2 %
Espanha	1,4 %	1,5 %
Portugal	3,8 %	3,0 %
Grécia	7,1 %	5,4 %
Reino-Unido	1,2 %	1,3 %
Suíça	-0,2 %	0,0 %

Dados Bloomberg 2017

MATÉRIAS-PRIMAS: PERDA DE FORÇA DAS ENERGÉTICAS

Na generalidade, as matérias-primas registaram um semestre de perdas, tendo o indexante Bloomberg Commodity Index desvalorizado 5,6%. No entanto, os seus membros tiveram comportamentos bem distintos. Devido ao seu peso, o maior destaque vai para a cotação do petróleo que perdeu 17%. Em sentido inverso, a performance do Ouro apresentou um movimento ascendente de 7%. Destacamos também o comportamento de outros players relevantes nesta categoria de ativo: prata, milho e soja +3%, cobre +7%, gás natural -15%.

DIVISAS: EURO FORTE FACE AOS PRINCIPAIS PARES CAMBIAIS

No que diz respeito às divisas, o euro ganhou força face aos principais pares cambiais. Perante a instabilidade política americana, o euro apreciou 7,9% face ao dólar. A Libra depreciou 3,2% num contexto de incerteza quanto ao seu futuro após a saída da União Europeia. Realce ainda para a depreciação do franco suíço e lene face ao euro em (2,3% e 4,9% respetivamente).

DESEMPENHO DO FUNDO NO 1º SEMESTRE DE 2017

No primeiro semestre de 2017, o fundo Optimize Capital Reforma PPR Moderado registou um desempenho positivo, e fechou o semestre com um valor da unidade de participação de 13,4211€, ou seja uma rentabilidade de +1,2% face a 31 de Dezembro de 2016 e com uma volatilidade de 5,2% (nível de risco: 4).

Desde a criação do fundo Optimize Capital Reforma PPR Moderado, em 19 de Agosto de 2010, em que a unidade de participação valia 10.000€, até 30 de Junho de 2017 a performance anualizada foi de 4,4%.

1.2 Características principais do fundo

Entidade Gestora	Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 21 4.º 1050-116 Lisboa Capital social de 450.771,71 € Contribuinte n.º 508 181 321
Início de Atividade do fundo	19 de Agosto de 2010
Política de Rendimentos	Não distribui rendimentos
Comissão de Gestão	1,20 %
Comissão de Depositário	0,20 %
Entidade Depositária	Banco Invest, SA
Objetivo do fundo	O objetivo do Fundo, enquanto fundo de poupança-reforma é incentivar a poupança de médio-longo prazo, como complemento de reforma, através de uma carteira diversificada de ativos com exposição aos mercados de obrigações e ações nomeadamente.
Política investimento	O fundo tem uma política de investimento diversificada, essencialmente através de obrigações (ou fundos de obrigações) e ações (ou fundos de ações) no âmbito dos limites de investimento definidos para os fundos PPR. O investimento em ações (ou fundos de ações) será de cerca de 4% não podendo ultrapassar 5% do valor do fundo.

1.3 Evolução do fundo

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fundo não adota parâmetro de referência.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO COMPARADA DESDE INÍCIO DO FUNDO



Valores em euros

PERFORMANCES, VOLATILIDADES E NÍVEIS DE RISCO DESDE INÍCIO DO FUNDO

	Ano	Performance	Volatilidade	Risco
1º Semestre 2017		1,2%	5,2%	4
	2016	2,6%	5,2%	4
	2015	3,3%	5,2%	4
	2014	8,3%	4,3%	3
	2013	6,1%	5,1%	4
	2012	15,7%	4,3%	3
	2011	-3,7%	5,3%	4

ALOCAÇÃO DE ATIVOS

REPARTIÇÃO POR CLASSE DE ATIVOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

Repartição por Classe de Ativos	
Ações	13,5%
Obrigações do Estado	18,0%
Obrigações de Empresas	61,6%
Tesouraria	6,9%

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Repartição Geográfica	
Europa	41,4%
Global	17,8%
Emergente	17,6%
América do Norte	16,2%

PRINCIPAIS POSIÇÕES DO FUNDO

PRINCIPAIS POSIÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Principais Posições	Valor	%
Europa Obrig.	825 699,29 €	11,8%
Europa Valor	533 029,62 €	7,6%
AXA - US Short Dura	497 205,08 €	7,1%
Obrig Portug 10/2024	405 795,38 €	5,8%
Amundi Funds-Global	363 288,70 €	5,2%
Franklin Emer Bond H	336 512,82 €	4,8%
AXA - US High Yield	309 463,35 €	4,4%
GS Emerg Corp Bond H	301 039,93 €	4,3%
Fidelity Flex Fund	295 271,34 €	4,2%
GAM Star Credit Opp	282 346,74 €	4,0%
IShares ETF IBoxx HY	278 832,81 €	4,0%
GAM Star-Emerg Rates	269 301,77 €	3,8%
Schroder - Emerg Mk	246 907,64 €	3,5%
Investimento Activo	168 148,33 €	2,4%

HISTÓRICO DE UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO E CUSTOS

HISTÓRICO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Ano	VLG	UP em circulação	Valor UP
1º Semestre 2017	7 017 540,65 €	522 873,82229	13,4211 €
2016	6 715 335,24 €	506 122,33885	13,2682 €
2015	5 585 562,91 €	431 894,32786	12,9327 €
2014	3 150 202,89 €	251 581,46596	12,5216 €
2013	1 837 748,45 €	159 012,25538	11,5573 €
2012	1 517 240,80 €	139 289,99188	10,8927 €
2011	456 874,90 €	48 565,72822	9,4074 €

Valores 2011 a 2016 em 31 de Dezembro, Valor 1º Semestre de 2017 a 30 de Junho

HISTÓRICO DE CUSTOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2017	2016	2015
Comissão de Gestão	39 621,33 €	36 698,88 €	27 971,44 €
Comissão de depósito	6 603,46 €	6 116,47 €	4 661,97 €
Custos de Transação	1 359,67 €	635,97 €	2 409,72 €
Comissões suportadas pelos participi	- €	- €	- €
Comissões de Subscrição	- €	- €	- €
Comissões de Resgate	- €	- €	- €
Proveitos	469 232,47	284 710,88 €	292 362,74 €
Custos	395 111,59	223 135,11 €	219 460,00 €
Valor Líquido Global	7 017 540,65	6 705 726,64 €	5 230 223,30 €

Dados a 30 de Junho de 2017, 2016 e 2015

O quadro supra apresenta a evolução do Fundo no decorrer dos últimos três anos de atividade, no que concerne ao VLG, comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes, bem como total de proveitos e custos.

Pelo Conselho de Administração da Optimize Investment Partners SGFIM SA

Lisboa, 25 de Agosto de 2017

2 BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

EUR							EUR			

2.2 Demonstração dos Resultados em 30 de Junho de 2017 e 2016

EUR				EUR			
Código	CUSTOS E PERDAS	2017	2016	Código	PROVEITOS E GANHOS	2017	2016
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e custos equiparados				Juros e proveitos equiparados		
711+...718	De operações correntes	98,90	0,35	812+813	Da carteira de títulos e outros ativos	26 402,95	23 319,63
719	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00	811+814+817+818	De operações correntes	0,00	0,00
	Comissões e taxas			819	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	756,88	153,83		Rendimento de títulos e outros ativos		
724+725+726+727+728	Outras operações correntes	49 673,55	45 256,61	822+823+824+825	Da carteira de títulos e outros ativos	9 512,79	0,00
729	De operações extrapatrimoniais	602,79	482,14	829	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
	Perdas em operações financeiras				Ganhos em operações financeiras		
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	179 281,83	78 405,65	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	203 954,84	159 420,70
731+734+738	Outras operações correntes	13 901,28	2 050,27	831+834+837+838	Outras operações correntes	128,97	85,46
739	Em operações extrapatrimoniais	149 169,32	96 758,50	839	Em operações extrapatrimoniais	227 340,93	97 589,18
	Impostos				Reposição e anulação de provisões		
7411+7421	Imposto sobre o rendimento de capitais e incrementos patrimoniais	1 591,38	0,00	851	Provisões para encargos	0,00	0,00
7412+7422	Impostos indirectos	35,66	27,76				
7418+7428	Outros impostos	0,00	0,00				
75	Provisões do exercício						
751	Provisões para encargos	0,00	0,00	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1 891,99	4 295,91
77	Outros Custos e Perdas Correntes	0,00	0,00				
	Total dos custos e perdas correntes (A)	395 111,59	223 135,11		Total dos proveitos e ganhos correntes (B)	469 232,47	284 710,88
79	Outros Custos e Perdas das SIM	0,00	0,00	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	0,00	0,00
	Total dos outros custos e perdas das SIM (C)	0,00	0,00		Total dos proveitos e ganhos das SIM (D)	0,00	0,00
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores incobráveis	0,00	0,00	881	Recuperação de incobráveis	0,00	0,00
782	Perdas extraordinárias	0,00	0,00	882	Ganhos extraordinários	0,00	0,00
783	Perdas imputáveis a exercícios anteriores	0,00	0,00	883	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	0,00	0,00
788	Outros custos e perdas eventuais	0,00	0,00	888	Outros proveitos e ganhos eventuais	0,00	0,00
	Total dos custos e perdas eventuais (E)	0,00	0,00		Total dos proveitos e ganhos eventuais (F)	0,00	0,00
63	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00				
66	Resultado líquido do período (positivo)	74 120,88	61 575,77	66	Resultado líquido do período (negativo)	0,00	0,00
	TOTAL	469 232,47	284 710,88		TOTAL	469 232,47	284 710,88
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	61 325,59	104 266,31	F - E	Resultados Eventuais	0,00	0,00
8x9 - 7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	77 568,82	348,54	B + D +F - A - C - E +74	Resultados Antes de Impostos	75 747,92	61 603,53
B - A	Resultados Correntes	74 120,88	61 575,77	B+D+F-A-C- E+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período	74 120,88	61 575,77

2.3 Contas Extrapatrimoniais em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

EUR				EUR			
Código	DIREITOS SOBRE TERCEIROS	2017	2016	Código	RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS	2017	2016
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista	0,00	0,00	911	À vista	0,00	0,00
912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00	912	A prazo (Forwards cambiais)	0,00	0,00
913	Swaps cambiais	0,00	0,00	913	Swaps cambiais	0,00	0,00
914	Opções	0,00	0,00	914	Opções	0,00	0,00
915	Futuros	0,00	0,00	915	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00	921	Contratos a prazo (FRA)	0,00	0,00
922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00	922	Swap de taxa de juro	0,00	0,00
923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00	923	Contratos de garantia de taxa de juro	0,00	0,00
924	Opções	0,00	0,00	924	Opções	0,00	0,00
925	Futuros	0,00	0,00	925	Futuros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	0,00	0,00	934	Opções	0,00	0,00
935	Futuros	0,00	0,00	935	Futuros	628 012,18	376 173,99
	Total	0,00	0,00		Total	628 012,18	376 173,99
	Compromissos de Terceiros				Compromissos com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00	941	Subscrição de Títulos	0,00	0,00
944	Valores recebidos em garantia	0,00	0,00	942	Operações a prazo (reporte de valores)	0,00	0,00
945	Empréstimos de títulos	0,00	0,00	943	Valores cedidos em garantia	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00		Total	0,00	0,00
	Total dos direitos	0,00	0,00		Total das Responsabilidades	628 012,18	376 173,99
99	Contas de Contrapartida	628 012,18	376 173,99	99	Contas de Contrapartida	0,00	0,00

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016

	EUR	
	2017	2016
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição de unidades de participação	4 395 006,61	8 219 665,49
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	4 345 977,38	7 322 899,87
Fluxo das operações sobre unidades do OIC	49 029,23	896 765,62
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
Recebimentos:		
Venda de títulos e outros ativos	1 104 557,52	3 766 247,41
Reembolso de títulos	0,00	0,00
Rendimento de títulos e outros ativos	40 229,46	74 108,04
Juros e proveitos similares recebidos	0,00	9 023,87
Outros recebimentos relacionados com a carteira	161 891,99	5 567,34
Pagamentos:		
Compra de títulos e outros ativos	1 192 149,43	4 771 887,75
Juros e custos similares pagos	2 288,53	14 864,74
Comissões de bolsas suportadas	0,00	0,00
Comissões de corretagem	41,32	212,99
Outras taxas e comissões	1 350,54	1 774,12
Outros pagamentos relacionados com a carteira	160 000,00	0,00
Fluxo das operações da carteira de títulos	-49 150,85	-933 792,94
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Operações cambiais	923 503,49	1 603 918,92
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	364 158,47	353 444,89
Outros recebimentos em operações a prazo e de divisas	41 396,49	85 105,79
Pagamentos:		
Operações cambiais	929 604,32	1 604 702,77
Operações sobre cotações	0,00	0,00
Margem inicial em contratos de futuros e opções	300 367,42	404 260,32
Outros pagamentos em operações a prazo e de divisas	40 662,26	86 223,39
Fluxo das operações a prazo e de divisas	58 424,45	-52 716,88
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	0,00	0,00
Outros recebimentos correntes	17 243,64	0,00
Pagamentos:		
Comissão de gestão	39 790,82	76 840,10
Comissão de depósito	6 631,74	12 806,73
Juros devedores de depósitos bancários	98,90	95,82
Impostos e taxas	3 089,27	433,88
Outros pagamentos correntes	1 500,00	2 750,00
Fluxo das operações de gestão corrente	-33 867,09	-92 926,53
Saldo dos fluxos de caixa do período	24 435,74	-182 670,73
Disponibilidades no início do período	281 326,30	463 997,03
Disponibilidades no fim do período	305 762,04	281 326,30

| 3 DIVULGAÇÕES

3.1 Divulgações anexas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantido de acordo com o plano de contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta instituição, no âmbito das competências que lhe são atribuídas através da Lei n.º 16/2015, de 24 de Fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei 124/2015 de 7 de Julho.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e Taxas".

VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do Valor Líquido Global pelo número de unidades de participação em circulação. O Valor Líquido Global é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
As 17 horas representam o momento relevante do dia para:
 - Efeitos de valorização dos ativos que integram o património do Fundo (incluindo instrumentos derivados) tendo em conta o critério escolhido para efeitos de valorização dos ativos que irão compor a carteira do Fundo;
 - A determinação da composição da carteira que irá ter em conta todas as transações efetuadas até esse momento.
- b) O valor das unidades de participação será publicado diariamente
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo dado pela Bloomberg.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionados para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência;
- f) Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código de Valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) O critério valorimétrico de saída é FIFO.

REGIME FISCAL

Os rendimentos obtidos por Fundos Poupança Reforma, constituídos e que operem de acordo com a legislação nacional estão isentos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento, de acordo com o definido no artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Poderão ser tributados autonomamente, à taxa de 21,5%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do Fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

NOTA 1 - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO NO PERÍODO EM REFERÊNCIA, BEM COMO A COMPARAÇÃO DO VLG E DA UP E FACTOS GERADORES DAS VARIAÇÕES OCORRIDAS:

NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EMITIDAS, RESGATADAS E EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2017

	Saldo em 31.12.2016	Subscrições	Resgates	Outros	Distribuição de Resultados	Resultado líquido do exercício	Saldo em 30.06.2017
Valor base	5 061 223,42	3 288 565,03	3 121 050,00	0,00	0,00	0,00	5 228 738,45
Diferença para o valor base	1 088 968,58	1 138 101,32	1 077 241,85	0,00	0,00	0,00	1 149 828,05
Resultados acumulados	381 678,41	0,00	0,00	183 174,86	0,00	0,00	564 853,27
Resultado líquido do exercício	183 174,86	0,00	0,00	-183 174,86	0,00	74 120,88	74 120,88
	6 715 045,27	4 426 666,35	4 198 291,85	0,00	0,00	74 120,88	7 017 540,65
Número de unidades de participc	506 122,34	328 856,50	312 105,00	0,00	0,00	0,00	522 873,82
Valor da unidade de participaça	13,2676	13,4608	13,4515	0,0000	0,0000	0,0000	13,4211

PARTICIPANTES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Superior a 25%	0
De 10% a 25%	0
De 5% a 10%	0
De 2% a 5%	3
De 0,5% a 2%	35
Inferior a 0,5%	745
Total	783

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E NÚMERO DE UP

Ano	Meses	Valor Líquido Global	Valor da Unidade de Participação	Número de U.P.'s em circulação
2017	Março	6 657 757,21	13,4083	496 540,26658
	Junho	7 017 540,65	13,4211	522 873,82229
2016	Março	6 130 988,00	12,9298	474 173,72284
	Junho	6 705 726,64	13,0305	514 618,73132
2015	Março	5 196 535,75	13,7453	378 059,11837
	Junho	5 230 223,30	13,0410	401 059,99151

NOTA 3 - INVENTÁRIO DA CARTEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Ativo	Valor Aquisição	Mais Vallas	Menos Vallas	Valor Carteira	Juros corridos	Soma
1- VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
11-Mercado Capitais						
111-Títulos de Renda Fixa						
11111-Dív. Púb. Taxa Fixa						
OT PGB 4.125% 4/2027	164 070,00 €	- €	354,00 €	163 716,00 €	2 763,18 €	166 479,18 €
Obrig Portug 10/2024	412 426,31 €	- €	10 841,14 €	401 585,17 €	4 210,21 €	405 795,38 €
Sub-total	576 496,31 €	- €	11 195,14 €	565 301,17 €	6 973,39 €	572 274,56 €
11121-Dív. Priv. Taxa Fixa						
Obrig Casino 05/2021	114 250,00 €	3 677,00 €	- €	117 927,00 €	573,04 €	118 500,04 €
Obrig Galp Gas 2023	99 500,00 €	- €	121,00 €	99 379,00 €	1 069,86 €	100 448,86 €
Obrig Bombardier 19	47 891,75 €	5 774,39 €	- €	53 666,14 €	520,29 €	54 186,43 €
Obrig Generali 05/26	105 350,00 €	2 760,00 €	- €	108 110,00 €	644,18 €	108 754,18 €
Obrig 2lReteGas 2024	108 250,00 €	4 468,00 €	- €	112 718,00 €	2 868,49 €	115 586,49 €
Obrig Faurecia 06/22	102 750,00 €	454,00 €	- €	103 204,00 €	130,21 €	103 334,21 €
Obrig Cellnex 07/22	103 600,00 €	5 070,00 €	- €	108 670,00 €	2 893,84 €	111 563,84 €
Obrig EDP 2.375%3/23	99 796,00 €	6 287,00 €	- €	106 083,00 €	644,18 €	106 727,18 €
Obrig Telec Ita 5/26	105 120,00 €	6 094,00 €	- €	111 214,00 €	357,53 €	111 571,53 €
Sub-total	886 507,75 €	34 584,39 €	121,00 €	920 971,14 €	9 701,62 €	930 672,76 €
11122-Dív. Priv. Taxa Indexada						
Obrig NOS Var 3/2022	100 500,00 €	- €	500,00 €	100 000,00 €	453,89 €	100 453,89 €
Sub-total	100 500,00 €	- €	500,00 €	100 000,00 €	453,89 €	100 453,89 €
112-Títulos de Renda Variável						
1125-UPS						
11251-Fundos de Ações						
Schroder - Emerg Mk	200 000,05 €	46 907,59 €	- €	246 907,64 €	- €	246 907,64 €
Sub-total	200 000,05 €	46 907,59 €	- €	246 907,64 €	- €	246 907,64 €
11252-Fundos de Obrigações						
AXA - US Short Dura	493 434,16 €	3 770,92 €	- €	497 205,08 €	- €	497 205,08 €
AXA - US High Yield	309 657,25 €	- €	193,90 €	309 463,35 €	- €	309 463,35 €
Amundi Funds-Global	339 857,87 €	23 430,83 €	- €	363 288,70 €	- €	363 288,70 €
Fidelity Flex Fund	294 999,95 €	271,39 €	- €	295 271,34 €	- €	295 271,34 €
GAM Star-Emerg Rates	270 000,01 €	- €	698,24 €	269 301,77 €	- €	269 301,77 €
GAM Star Credit Opp	269 999,96 €	12 346,78 €	- €	282 346,74 €	- €	282 346,74 €
GS Emerg Corp Bond H	293 000,03 €	8 039,90 €	- €	301 039,93 €	- €	301 039,93 €
JPM - Emer Inv Grade	86 238,83 €	- €	3 410,90 €	82 827,93 €	- €	82 827,93 €
Pioneer GL HI YLD C	139 499,98 €	1 784,97 €	- €	141 284,95 €	- €	141 284,95 €
Franklin Emer Bond H	340 000,00 €	- €	3 487,18 €	336 512,82 €	- €	336 512,82 €
Europa Obrig.	757 772,00 €	67 927,29 €	- €	825 699,29 €	- €	825 699,29 €
Sub-total	3 594 460,04 €	117 572,08 €	7 790,22 €	3 704 241,90 €	- €	3 704 241,90 €
11253-Fundos Mistos						
Investimento Activo	154 333,22 €	13 815,11 €	- €	168 148,33 €	- €	168 148,33 €
Europa Valor	472 200,45 €	60 829,17 €	- €	533 029,62 €	- €	533 029,62 €
Sub-total	626 533,67 €	74 644,28 €	- €	701 177,95 €	- €	701 177,95 €
1129-ETF's						
11292-ETF's Obrigações						
iShares ETF IBXX HY	277 720,62 €	1 112,19 €	- €	278 832,81 €	- €	278 832,81 €
Sub-total	277 720,62 €	1 112,19 €	- €	278 832,81 €	- €	278 832,81 €
Total	6 262 218,44 €	274 820,53 €	19 606,36 €	6 517 432,61 €	17 128,90 €	6 534 561,51 €

DISCRIMINAÇÃO DA LIQUIDEZ DO FUNDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa	0,00			0,00
Depósitos à ordem	281 326,30			305 762,04
Depósitos a prazo e com pré-aviso	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificados de depósito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas de disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	281 326,30	0,00	0,00	305 762,04

EXPOSIÇÃO A OBRIGAÇÕES COM NOTAÇÃO DE RATING INVESTMENT GRADE E HIGH YIELD EM 30 DE JUNHO DE 2017

Obrigações	Repartição	Min	Max
Investment Grade	50,7%	50,0%	100,0%
High Yield	28,9%	0,0%	100,0%
Total	79,6%		

A política de investimento do Fundo define que este terá sempre um mínimo de 50% do seu património investido em obrigações ou outros instrumentos de investimento coletivo cuja política de investimento seja maioritariamente constituída por obrigações de risco de crédito reduzido, emitidas ou garantidas por entidades públicas da União Europeia, ou de emitente públicos e privados com notação de rating de investment grade junto de pelo menos uma das principais agências de rating (mínimo de BBB- pela Standard & Poors ou Fitch Ratings, Baa3 pela Moody's).

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS NA VALORIZAÇÃO DA CARTEIRA

Os critérios utilizados na valorização da carteira do OIC são descritos no parágrafo "Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas".

NOTA 10 - RESPONSABILIDADES DE E COM TERCEIROS A 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

TERCEIROS – ATIVO

	2017	2016
Juros a receber de depósitos ordem	0,00	0,00
Margens iniciais em operações Futuros	29 768,94	19 141,95
Ajustes de margens em operações de Futuros	40 161,08	-2 745,98
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Outros valores pendentes de regularização	152 685,53	5 000,00
	222 615,55	21 395,97

Os outros valores pendentes de regularização a 30 de Junho correspondem a valores de resgates de unidades de participação recebidos em 30 de Junho e que foram efetivados no primeiro dia útil do mês seguinte.

TERCEIROS – PASSIVO

	2017	2016
Subscrições pendentes	402,56	32 062,30
	402,56	32 062,30
Comissão de gestão a pagar	6 787,17	6 956,66
Comissão de auditoria	999,38	845,63
Comissão de depósito a pagar	1 131,19	1 159,47
Taxa de supervisão	400,00	100,00
	9 317,74	9 061,76
Ajustes de margens em operações de Futuros	54 224,69	0,00
Operações de bolsa a regularizar	0,00	0,00
Imposto a liquidar sobre dividendos	0,00	0,00
	63 944,99	41 124,06

As subscrições pendentes a 30 de Junho correspondem a valores de subscrição de unidades de participação recebidos em 30 de Junho e que foram efetivados no primeiro dia útil do mês seguinte.

ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS – ATIVO

	2017	2016
Proveitos a receber de:		
Juros de obrigações	14 871,17	17 208,93
Imposto sobre UP's detidas fundos não isentos	5 124,64	22 455,53
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
Despesas com custo diferido	2 257,73	1 945,16
Outros acréscimos e diferimentos		
Operações cambiais a liquidar	0,00	0,00
Operações sobre cotações	13 421,90	2 524,44
	35 675,44	44 134,06

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

	2017	2016
Taxa de supervisão	0,00	0,00
Taxa IES	0,00	0,00
Outros acréscimos de custos	0,00	87,25
	0,00	87,25

NOTA 11 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CÂMBIO

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CÂMBIO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Moedas	À Vista	A Prazo				Total a Prazo	Posição Global
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções		
USD	2 172 891,89	716 687,50	0,00	0,00	0,00	716 687,50	2 889 579,39
Contravalor Euro	1 904 041,25	628 012,18	0,00	0,00	0,00	628 012,18	2 532 053,43

NOTA 12 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO TAXA DE JURO

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO EM 30 DE JUNHO DE 2017

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-patrimoniais (B)				Saldo (A)±(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	- €	- €	- €	- €	- €	- €
de 1 a 3 anos	53 666,14 €	- €	- €	- €	- €	53 666,14 €
de 3 a 5 anos	221 131,00 €	- €	- €	- €	- €	221 131,00 €
de 5 a 7 anos	314 132,00 €	- €	- €	- €	- €	314 132,00 €
mais de 7 anos	897 343,17 €	- €	- €	- €	- €	897 343,17 €

NOTA 13 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES EM 30 DE JUNHO DE 2017

Ações e Valores Similares	Montante (Euro)	Extra-patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos de Ações	948 085,59	0,00	0,00	948 085,59
Total	948 085,59	0,00	0,00	948 085,59

NOTA 14 - QUADRO DE EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE DERIVADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

	2017		2016		2015	
VAR com derivados	490 142,25 €	6,98%	544 214,44 €	8,10%	- €	-
VAR sem derivados	557 336,63 €	7,94%	616 332,33 €	9,18%	- €	-
VLG do Fundo	7 017 540,65 €		6 715 045,27 €		5 585 562,91 €	

Dados em 30 de Junho de 2017, 31 de Dezembro de 2016 e 2015

NOTA 15 – TABELA DE CUSTOS

CUSTOS IMPUTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

Custos	Valor	%VLG
Comissão de Gestão Fixa	39 621,33 €	0,595%
Comissão de depósito	6 603,46 €	0,099%
Taxa de Supervisão	1 400,00 €	0,021%
Custos de Auditoria	1 998,76 €	0,030%
Outros Custos Correntes	50,00 €	0,001%
TOTAL	49 673,55 €	
TAXA ENCARGOS CORRENTES (TEC)		0,746%

Dados em 30 de Junho de 2017

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Optimize Capital Reforma PPR Moderado - Fundo de Investimento Aberto** (adiante também designado por Fundo), gerido pela Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 7 081 486 euros e um total de capital do fundo de 7 017 541 euros, incluindo um resultado líquido de 74 121 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Optimize Capital Reforma PPR Moderado - Fundo de Investimento Aberto**, em 30 de junho de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização da carteira de títulos	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 92% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira ou por métodos de avaliação alternativos, para o caso de títulos não cotados, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras (que remete para a seção Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas).	Validação da valorização dos títulos em carteira e do respetivo cálculo das mais e menos valias potenciais à data de referência das demonstrações financeiras, com base informação constante do Portal da Bloomberg e dos boletins de cotação, no caso de títulos cotados. Validação da adequacidade da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados. Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira no sistema informático que alimenta os registos contabilísticos.
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Prospeto do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.	Análise dos procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculo dos limites legais e regulamentares e verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/autorização da CMVM em caso de incumprimento.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período de seis meses corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez pelo órgão de gestão da Entidade Gestora para o exercício de 2011. Em 1 de junho de 2017 fomos nomeados para o triénio de 2017 a 2019;
- (ii) o órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do Fundo em 28 de agosto de 2017;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria; e
- (v) informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de agosto de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias', written over a horizontal line.

Pedro Aleixo Dias, em representação de

BDO & Associados - SROC

(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)